

Patrimónios / patrimônios

Jean-Yves Durand

"Patrimónios: mineiro, arqueológico, etnológico, natural" ... Já é longo o título de um dos grupos de trabalho organizado no âmbito do encontro *Ecomuseologia - Identidade e Desenvolvimento* em Outubro de 2005 em Montalegre. Seria possível acrescentar à lista ainda mais patrimónios: artístico, arquitectural, industrial, artesanal... E a enumeração podia alongar-se à vontade: bastaria para isso subdividir as categorias iniciais em função de uma série de critérios temáticos e regionais. E, claro, não se pode esquecer o mais recente de todos os patrimónios, ou pelos menos o que foi mais recentemente identificado e instrumentalizado, o hoje tão propalado património imaterial, ao qual a UNESCO deu nos últimos anos uma visibilidade tanto mais problemática quanto se trata obviamente do tipo de património mais difícil de identificar, de objectivar. É também em relação a este que se torna mais patente a tensão entre tradição e inovação, porque práticas culturais "intangíveis" podem ser caracterizadas por uma fluidez tal que qualquer patrimonialização, pelo seu efeito de designação e de fixação, constitui ela própria uma destruição do seu objecto ao anular-lhe toda a dinâmica evolutiva. Além disso, em resultado de qualquer intervenção patrimonializadora, este passa sempre, embora num grau que pode ser variável, a ficar integrado num novo contexto social, cultural e económico no âmbito do qual, para se poder reproduzir, tem que se adaptar a novas expectativas e tem, até, que preencher um novo papel, muitas vezes sobretudo em resultado da sua inclusão num sistema comercial que era inteiramente alheio ao seu funcionamento social anterior (Bromberger, Chevallier e Dossetto 2004; Durand 2005).

Essa longa listagem é uma tradução da contínua extensão, ao longo dos últimos dois

séculos, da abrangência da noção de "património" a partir da sua acepção jurídica inicial (Chastel 1986; Desvallées 1995). Além disso, hoje em dia, como sabemos, o que é patrimonial é bom, para parafrasear a conhecida publicidade segundo a qual "o que é nacional é bom". Conseguir que algo seja reconhecido como "património" traz sempre como consequência a produção de um discurso bastante consensual e acrítico. E, de facto, uma boa parte do que consideramos hoje como sendo patrimonial começou a ser assim identificado, e conseqüentemente protegido e valorizado, no decorrer do século XIX em resposta, muitas vezes, ao interesse dos românticos relativamente à busca das origens remotas do povo e da definição do seu "espírito", da sua essência cultural. Os resultados dos trabalhos orientados por tais preocupações alimentaram os projectos nacionalistas que se afirmavam na altura e é já sabido que o século XIX europeu foi ao mesmo tempo o século, entre algumas outras coisas, dos nacionalismos e dos museus, o que não aconteceu por acaso. Foi também o século das colonizações, dimensão que não será possível examinar aqui apesar de ter muitas ligações com as duas outras. Certos aspectos do que chamamos hoje de "património" foram usados, por vezes inventados, em todo o caso instrumentalizados com intuitos de etnogénesis, de criação ou pelo menos de reforço de sentimentos de identidade étnica, aqui no sentido específico de identidade nacional. Trata-se de uma história agora bem conhecida e mesmo estudada até a exaustão por inúmeros trabalhos pelo menos desde a publicação da famosa colectânea *The invention of traditions* (Hobsbawm e Ranger 1983).

Na impossibilidade de abordar aqui todas essas dimensões, é possível começar pelo caso da dimensão monumental do património, pelas grandes linhas das abordagens que foram feitas da preservação e do restauro de grandes construções, já que isso permite tocar no assunto do património industrial, um aspecto relativamente original do Concelho de Montalegre, profundamente rural. O que fazer com as estruturas, muitas vezes gigantescas,

deixadas pelas actividades industriais desaparecidas? O problema, afinal, não tem nada de novo, e corresponde quase exactamente aos termos da controvérsia que se desenvolveu a partir de meados do século XIX a propósito do restauro dos monumentos históricos e mais tarde, por extensão, de qualquer outro edifício.

Abandono, restauro ou acompanhamento?

É nesse mesmo período que o historiador de arte, crítico de arquitectura e reformador social britânico John Ruskin afirmou na sua obra *The Seven Lamps of Architecture*, em declarações que ficaram célebres, que "O que se chama de restauro não é mais do que a pior forma de destruição". E acrescentava "É impossível, tão impossível como ressuscitar os mortos, restaurar o que foi grande ou belo em arquitectura». Ruskin, numa atitude que dificilmente seria partilhada hoje, não hesitava em considerar que o destino último normal de um edifício era o seu desaparecimento. O que não o impedia no entanto de insistir na necessidade de "vigiar com atenção um velho edifício" e de o preservar de todas "as causas de descalabro". Mas, mesmo assim, "A sua última hora acabará por chegar, mas que ela chegue então abertamente e francamente, e que nenhuma substituição desonrosa e enganadora o venha despojar dos deveres fúnebres da memória".

Na mesma época, uma posição diametralmente oposta era defendida pelo bastante conhecido arquitecto francês Emmanuel Viollet-le-Duc, conhecido agora sobretudo por causa das suas análises da arte e da arquitectura medieval e das suas teses acerca do tratamento a dar aos edifícios antigos. Era defensor não só dos restauros mas até das reconstituições. E a sua mais famosa declaração estipula que "restaurar um edifício, não é repará-lo, conservá-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo num estado que pode nunca ter existido". Vê-se portanto que

tinha da reconstituição uma ideia bastante alargada. É o que foi por vezes chamado de "restauro integrativo", isto é a reparação de um edifício não como era, mas sim como deveria ter sido (no entender, pelo menos, de quem o está a restaurar). Trata-se obviamente de uma modalidade de restauro que não pode evitar de deixar no edifício a marca do tempo em que está a ser restaurado. Um grande problema inerente a esta atitude é a frequente tendência de busca de uma unidade estilística, uma limpeza estética por assim dizer: querer reencontrar o estado original, puro, da construção e, nesse intuito, apagar todas as intervenções que sofreu ao longo dos séculos. Tem sido aliás uma estratégia de restauro bastante frequente em história da arte, com toda a questão da conservação ou remoção dos vernizes, etc. (um problema especialmente agudo no caso de Portugal no que diz respeito ao restauro de retábulos barrocos). No caso de Viollet-le-Duc, o "restabelecimento" de um edifício devia ser aplicado sobretudo às suas estruturas; não se podia introduzir nenhum pormenor anacrónico. Era preciso, pelo menos em teoria, conservar as marcas das intervenções anteriores. E é verdade que alguns edifícios famosos, como Notre Dame de Paris, foram salvos da ruína pelo génio técnico de Viollet. Mas é no entanto igualmente verdade que, por várias razões (entre outras as iniciativas de alguns dos seus colaboradores), as suas intervenções derivaram por vezes no sentido do pastiche, do simulacro.

Entre estas duas posições antagónicas, uma terceira opção foi defendida, em finais do século XIX, pelo italiano Camillo Boito (conhecido hoje talvez menos enquanto arquitecto e mais por ter sido o autor do romance *Senso*, adaptado pelo cineasta Luchino Visconti) e sobretudo pelo austríaco Alois Riegl, cuja definição do monumento histórico continua hoje válida : "Obra criada pela mão do homem e edificada com o intuito preciso de conservar sempre presente e vivo na consciência das gerações vindouras a lembrança de uma acção ou de um destino". É a ideia do monumento-mensagem (Debray 1999), concebido em função do

objectivo deliberado de comunicar algo, uma ideia, um sentimento mais ou menos explícito e partilhado pelos membros de uma comunidade ("monumento" vem do latim *monere*, advertir, prevenir, raiz presente também em "premonição"). Mas tem de se notar aqui também que muitos dos nossos monumentos nunca foram pensados em função da comunicação de uma qualquer mensagem explícita ou de uma função comemorativa: um castelo, uma estação de comboio, uma igreja, etc., podem ter funções, e portanto significados, mas não foram concebidos para comunicar uma mensagem moral ou uma qualquer lembrança. São monumentos sobretudo em consequência de se tratar de factos arquitecturais com qualidades intrínsecas notáveis e suficientes para lhes conferir uma visibilidade particular, e portanto também a possibilidade de passarem a ser mais facilmente portadores de significados. É o que se pode chamar de monumento-forma, para continuar a usar as úteis noções desenvolvidas por Régis Debray.

São as posições de Riegl que informaram a elaboração em 1964 da Carta de Veneza, a qual salienta o necessário respeito pelo processo de constituição do monumento histórico ao longo do tempo, considerado mais como um palimpsesto arquitectural do que como o testemunho de um estado original que tem a todo o custo que ser reencontrado. Ora, o problema que encontramos hoje vem da progressiva extensão da noção de monumento e, correlativamente, da noção de património, já brevemente assinalada no início. A partir da sua acepção jurídica original, o património passou, no sentido hoje mais geralmente aceite, a designar "coisas" (coisas que podem ser imateriais, quaisquer que sejam as dificuldades ou, até, as impossibilidades decorrendo daí) que passam por ter um valor mas, sobretudo, cuja reprodução e continuidade, apesar deste valor colectivamente reconhecido, são vistas como incertas. É em consequência deste sentimento de risco que aparece necessária uma intervenção protectora. É de facto notório que é raro falar-se agora em "património" sem, no

mínimo, o vago sentimento de uma ameaça, aliás um pouco como acontece com a "etnicidade", em geral identificada como tal pelos cientistas sociais unicamente em situações mais ou menos conflituosas. A noção de património foi durante muito tempo aplicada estritamente aos bens materiais de um indivíduo e a alguns dos seus bens simbólicos, como o seu nome, mas são agora numerosos os campos que fazem dela uma frequente utilização nem sempre muito precisa e, como vimos no início e como sabemos da nossa experiência quotidiana, patrimónios, hoje em dia, há muitos.

Além da considerável extensão do tipo de objectos aos quais ela pode ser aplicada, a noção tem adquirido uma valência cada vez mais colectiva: as regras e as práticas sociais que hoje se apresentam como procedendo dela encerram, talvez não uma negação, mas pelo menos uma limitação do direito de propriedade. Isto é algo paradoxal, já que a origem da noção que essas regras e práticas reivindicam como legitimação encontra-se precisamente na gestão jurídico-social da transmissão da propriedade individual. Mas o facto é que as colectividades têm agora um direito de preempção pelo menos simbólica sobre os bens por elas reconhecidos como patrimoniais: o património só pode ser agora pensado como sendo colectivo. A afirmação da noção de "património da humanidade" vai aliás claramente nesse sentido.

No mundo rural, como em Montalegre, o alargamento progressivo do noção de "património" é notório. Passou-se de uma preocupação centrada inicialmente sobretudo na arquitectura vernacular e nas actividades agropastoris para uma atenção cada vez mais vincada em relação às paisagens e também a certos saberes-fazer e aos produtos artesanais e alimentares que produzem. Este alargamento não tem sido só sincrónico, mas também diacrónico: está agora patente uma nova relação com o tempo, dando-se uma importância crescente à consciência de estar a actuar "para o futuro". Como é óbvio, a uma preocupação

patrimonial encontra-se sempre subjacente uma vontade de transmissão para as gerações vindouras, uma preocupação de continuidade. Mas hoje em dia a motivação pela preservação, a conservação, acompanha-se de uma vontade de gestão, de intervenção prática sobre o futuro, nomeadamente através uma acção de ordem económica com o relançamento de actividades festivas e, sobretudo, de produtos locais propostos para um consumo em geral turístico. É este desejo de tentar pelo menos orientar as possibilidades futuras que se encontra traduzido na noção de "desenvolvimento sustentado".

Além do mundo rural, temos exemplos de monumentos comemorativos desde a mais alta Antiguidade, mas é só a partir do Renascimento que passam a ser considerados como históricos e merecedores de uma atenção específica, um sentimento que se cimentou muito lentamente, por vezes ajudado por acontecimentos históricos, como a Revolução Francesa, acompanhados de atitudes vandalistas que suscitaram, por reacção, um maior interesse em relação aos monumentos históricos. A progressiva extensão da noção de monumento histórico é conhecida: primeiro os restos da Antiguidade, a partir do século XIX os edifícios da Idade Média, etc., até hoje, onde mesmo construções muito recentes podem ser classificadas, como aconteceu por exemplo com o novo estádio de Braga (depois de durante muito tempo se ter considerado que o último critério temporal era o facto de um arquitecto ter ou não morrido). Ao mesmo tempo, a categoria dos edifícios que é possível rotular de monumento foi aos poucos ganhando mais terreno, estendendo-se às infra-estruturas da grande indústria ou dos transportes colectivos. Aos critérios da história da arte e da arqueologia, da monumentalidade, começaram também a ser combinados os critérios da antropologia (no sentido, espacialmente mais restrito, de etnologia). É assim que, após séculos de um interesse exclusivo do Estado em relação aos grandes monumentos, o Ministério da cultura francês desenvolveu um programa específico para o "petit patrimoine",

um pequeno património necessariamente local, não só pela sua implantação mas sobretudo pela ressonância dos seus significados: capelinhas, fornos colectivos, fontes, construções vernáculas, edifícios da vida quotidiana (Bromberger 1999).

É aqui que encontramos uma terceira categoria de monumento distinguida por Debray, o monumento-traço. Trata-se de um documento em geral desprovido de pretensão artística original, espectacular ou ostentatória, e cuja qualificação enquanto monumento não foi procurada, nem mesmo prevista pelos seus criadores. Esta qualificação depende e resulta unicamente da leitura que fazemos hoje de um edifício, leitura que raramente considera unicamente o objecto monumentalizado, patrimonializado, mas muito mais o seu contexto passado e presente, a sua integração na e a sua interacção com o terreno, com todas as dimensões da vida local. É obviamente o caso das minas da Borralha. E é também possível observar que, além da questão do património construído, à qual Debray limita a sua análise, o chamado património etnográfico resulta de um processo semelhante: os utilizadores de muitos objectos hoje conservados nos museus etnográficos ficariam muito espantados ao constatar a maneira como são tratados.

Simultaneamente ao alargamento da noção de património cujos grandes traços acabam de ser apresentados, e em resultado de um processo complexo e multiforme que não cabe abordar aqui, a ideologia nacionalista passou por um processo de relativo enfraquecimento, ou talvez melhor de transformação noutras modalidades de expressão, noutras maneiras de funcionar. Esta evolução fez com que se valorize agora menos aberta e explicitamente o "nacional", substituído em parte por outros pólos de cristalização dos sentimentos identitários. E exactamente como pouca gente se atrevia há um século atrás a criticar a ideologia nacionalista, tornou-se hoje impensável afirmar que o património não deve ser activamente preservado. Estamos perante um consenso, talvez demasiado

hegemónico para não necessitar de ser submetido a um olhar crítico: o consenso pode esconder um pensamento parado. Será que tudo o que é indistintamente qualificado de património por um conjunto de discursos unânimes merece realmente a mesma consideração, o mesmo tipo de tratamento museal? Não se trata aqui de defender que se deve queimar os museus, mas meramente de adoptar pontos de vista um pouco desviados relativamente ao habitual, de maneira a tentar vislumbrar ideias para desempoeirar atitudes patrimonialistas que já foram novas mas que mostraram os seus limites. Mais especificamente, se Debray examina o que ele chama de "abuso monumental", não será porventura possível considerar que estamos também confrontados com um abuso patrimonial?

Em Montalegre, será necessário preservar as estruturas das minas da Borralha, e como? Podemos facilmente imaginar qual seria hoje a resposta de um Viollet-le-Duc. Ou, pelo menos, de um Viollet-le-Duc familiarizado com os valores patrimoniais agora vigentes. Sabemos que a classificação de estruturas industriais já não assusta os historiadores da Arte que se regem pela Carta de Veneza e esses monumentos parecem mesmo estar a ser considerados com cada vez mais deferência: a expressão "catedral industrial" tornou-se um cliché do discurso jornalístico acerca desses assuntos. Mas podemos também pensar no que diria John Ruskin. Não será que a última hora das estruturas das minas já chegou? Na Europa do Norte é uma posição adoptada com alguma frequência no que diz respeito ao património industrial, e existem antigos parques industriais cujos actuais "conservadores" observam e registam a lenta destruição do seu "património". Em vez do abandono ou, pelo contrário, do encarniçamento patrimonial que constituiria um restauro, optou-se pelo acompanhamento, por cuidados paliativos visando atingir as melhores condições possíveis para uma passagem inevitável.

Uma escolha de natureza próxima foi feita em 2004 no Creusot, lugar emblemático da

ecomuseologia, quando se tratou de decidir o que fazer com uma gigantesca instalação de lavagem e triagem do carvão com uma altura de doze andares e uma superfície de 8000 m², definitivamente desactivada em 1999. Algum vandalismo já se tinha manifestado, mas todo o equipamento ainda estava no seu lugar, a mobília estava nos escritórios, etc. A primeira mudança mais óbvia era a rápida reconquista do sítio pela vegetação. A Câmara não sabia muito bem o que fazer e lançou um concurso de ideias, que deu os resultados que podemos já imaginar: reconversão num complexo habitacional ou de escritórios, num parque de diversões temático, etc.. Mas essas opções não pareciam considerar a situação bastante deprimida da zona e a grande distância à que se encontram os principais centros urbanos da região. Finalmente foi escolhido um projecto que prevê uma organização da devolução à natureza de um sítio transformado em jardim. Não se trata de abandonar as instalações, mas sim de seguir atentamente a sua evolução e de as converter progressivamente a outras funções, de as integrar novamente na vida quotidiana da comunidade. Em vez de uma habitual musealização, projecta-se aqui uma conservação evolutiva do património industrial e operário da cidade: poderá ser uma maneira de o deixar mudar e de permitir que acompanhe as mudanças sociais que se vão desenvolver na região. Procura-se assim evitar fossilizá-lo, vitrificá-lo para o entregar a gerações vindouras que não estarão necessariamente interessadas nele no seu estado actual por não terem nenhuma ligação memorial viva ao acontecimento traumático que foi para a região o fim definitivo da sua actividade principal ao longo de séculos. E é importante notar que a venda do metal ajudará a financiar a intervenção, sendo no entanto uma das linhas de lavagem conservada com um objectivo comemorativo. Mas tratar-se-á de uma comemoração muito mais evocativa do que realista, já que a estrutura será "vegetalizada" e abandonará portanto assim uma boa parte do que era o seu aspecto no tempo do seu funcionamento produtivo. Um último ponto tem a sua importância: o custo previsto é

de 2 milhões de Euros, 10 vezes menos do que os outros projectos apresentados, o que representa uma considerável vantagem numa região atingida por uma longa e acentuada depressão económica.

Patrimónios ou patrimônios.

Não é forçosamente um tipo de intervenção que deva ser aplicado às minas da Borralha, como é óbvio. O contexto geográfico, económico, social, cultural, etc., é inteiramente outro, tal como é muito diferente o tipo de envolvimento da população local nas acções patrimoniais, a sua relação com as entidades promotoras dessas acções, as suas expectativas. Mas este exemplo indica que é possível encontrar modalidades de relacionamento com o património local que não sejam exclusiva e excessivamente patrimonializadoras segundo os moldes que estamos há muito habituados a considerar como normais. Importa sobretudo saber adaptar cada intervenção a cada caso específico. O rótulo "ecomuseu", por exemplo, já foi usado vezes sem conta de maneira indistinta e inadequada, para não dizer abusiva. Além disso, as três décadas da experiência ecomuseológica francesa já mostraram que mesmo em situações em que o envolvimento da população havia sido muito forte numa fase inicial, esta participação cai muito rapidamente. As pessoas portadoras do projecto inicial cansam-se, envelhecem. E, sobretudo, os interesses e as motivações muitas vezes nostálgicas da primeira geração podem ser transmitidos mais dificilmente ainda do que o próprio património que os suscita e sustenta. Precisamente por terem assumido que o seu interesse era imutável, talvez de uma certa maneira por pensarem ser detentoras de uma verdade absoluta e intemporal, tem sido com muito espanto, incompreensão e amargura que os criadores e animadores de muitos ecomuseus ou "museus de sociedade" têm constatado

que raramente os seus projectos conseguem aguentar a passagem do tempo, isto é, na realidade, um período de poucos anos. E alguns já consideraram, com grande coragem, que fazia mais sentido fecharem de maneira a evitar começarem a defender patrimônios em vez de patrimónios.

Um observador muito atento das evoluções dos museus de sociedade franceses chega mesmo a afirmar que não é tão complicado como isso criar um museu local, mas que é muito mais complicado fazer com que dure. E repara também que, na realidade, os projectos museológicos locais franceses que têm conseguido estabilizar-se e prosperar após o período de febre criadora dos seus primórdios são todos marcados por um grande esforço de profissionalização, pela procura da aliança entre conservação e investigação mais alargada (Bromberger 2003). O relançamento de produtos tradicionais, a implementação de uma política de animação coerente e ao mesmo tempo diversificada devem também ajudar a fazer com que o museu não se limite a um papel de testemunho isolado, e cada vez mais anacrónico, de tempos idos cuja evocação comove um grupo rapidamente minguante de pessoas. Mais uma vez, como no caso do recente projecto do Creusot, mais vale acompanhar a mudança, ou até suscitá-la, do que ficar paralisado perante as suas consequências sobre um património que vai perdendo, ou já perdeu, as razões sociais da sua perenidade.

É possível objectar aqui que estas considerações gerais padecem da falta de uma dimensão concreta e prática. Não é esquivar o problema dizer novamente que cada intervenção se deve saber adaptar de muito perto a cada caso específico: não é em qualquer sítio, por exemplo, que será possível encontrar um produto susceptível de conhecer uma vida económica rejuvenescida, suportada por uma nova clientela suficiente para assegurar alguma permanência. Além disso, são já conhecidos os riscos ligados a uma excessiva mercadorização de bens culturais: produção em série de pastiches desvirtuados, banalização

dos produtos e da sua imagem, cansaço da clientela. Por outro lado a presente proliferação das certificações de produtos tradicionais, motivada em boa parte precisamente pelo desejo de controlar esses problemas, não está desprovida de potenciais desvios. A definição de padrões, a elaboração de normas técnicas e estéticas, a delimitação de zonas geográficas de origem encerram em si próprias o risco de um fechamento introspectivo ou, até, de um fascínio identitário: insistir-se-á mais sobre um ínfimo pormenor conhecido por ser genuinamente local do que sobre o contexto regional no âmbito do qual, na realidade, este pormenor adquire todo o seu significado. É uma atitude deste tipo que tem resultado na proliferação de pequenas iniciativas concorrentes, como esses desesperadamente repetitivos museus locais recheados com os mesmos arados, ou esses inúmeros moinhos recuperados pela Junta de freguesia com fundos europeus e já novamente ensilvados, que todos nós temos tido oportunidade de visitar aquando de um passeio dominical. Aqui está o abuso patrimonial, traduzido num desperdício de recursos e amplificado pela falta de uma política coordenada pelo menos a nível regional. O "populismo metodológico", para usar uma expressão de Christian Bromberger, apresenta aqui o risco real de desembocar numa política do "vale tudo": será que basta um grupo social mais ou menos claramente identificado achar que detém um património valioso para a colectividade ter obrigatoriamente de lhe disponibilizar os meios necessários para o tratamento que ele entender adequado? Além da dimensão simplesmente económica da questão, existe claramente aqui sobretudo uma questão de autoridade ao mesmo tempo científica (ou estética) e política (Bromberger 1999). Embora possa ser dolorosa, uma selecção é necessária, e a intervenção de profissionais (para evitar falar em "peritos") parece inevitável. Aliás, existem expectativas neste sentido no terreno. No caso do património local, este deveria ser o papel dos antropólogos e dos poucos museus com uma competência etnográfica já consolidada cuja existência se encontra afirmada no país.

Tem que se reconhecer que demasiado raramente tem sido o caso, o processo de elaboração do Museu da Luz constituindo uma notável excepção. O facto de Benjamim Pereira, agora desligado do Museu Nacional de Etnologia, ter sido um dos principais conceptores do projecto da Aldeia da Luz, com Clara Saraiva, não surpreende por parte de uma figura central da etnomuseologia portuguesa sempre capaz de formular propostas adequadas e inovadoras, mas aponta também para uma nítida falta de interesse das novas gerações.

Tenho acompanhado o crescimento do ainda incipiente Ecomuseu de Barroso de suficientemente perto ao longo dos últimos anos para saber que tem procurado, dentro dos constrangimentos inerentes à situação sócio-económica da região, encontrar um ponto de equilíbrio entre as três polaridades, nem sempre inteiramente compatíveis entre si, do conhecimento científico (e da educação), da espectacularização, da promoção da sustentação económica. Por outro lado, enquanto antropólogo, tenho que admitir que ultimamente a minha disciplina se tem mostrado menos preocupada em participar em iniciativas museológicas locais do que em observá-las, encontrando facilmente nelas esses sinais de invenção de tradições ou de usurpação de identidades que passou especialmente a gostar de desvendar. Esta centralidade que os antropólogos dão neste momento à crítica da essencialização e à denúncia deste contra-senso que é a noção de pureza cultural poderia precisamente ser um dos seus maiores contributos para a melhoria de projectos sustentados por muito entusiasmo mas nem sempre por grandes competências museológicas ou etnográficas. Na mesma senda, a insistência na necessidade do comparativismo poderia permitir evitar a elaboração de discursos museológicos centrados em demasia numa estreita identidade local. Pela sua falta de intervencionismo, os investigadores e as instituições que detêm saber e experiência no domínio da etnomuseologia têm sem dúvida uma boa parte da responsabilidade quanto ao surgimento de tantos patrimônios que eles são no entanto os

primeiros a denunciar.

Jean-Yves Durand

Universidade do Minho (Braga) e IDEMEC (Aix-en-Provence, França)

Bibliografia

BROMBERGER Christian: 1999, "Les monuments ordinaires de la vie quotidienne", in R. Debray (ed.), *L'abus monumental*, Paris: Fayard.

-- 2003, "Etnografia e desejo de museu. Experiências e perspectivas, da França ao Irão", palestra (proferida em francês) no âmbito da jornada *Património etnográfico, museus e desenvolvimento*, Vila Verde, 25 de Outubro de 2003 (publicação em preparação).

BROMBERGER Christian, CHEVALLIER Denis, DOSSETTO Danièle (eds.): 2004, *De la châtaigne au Carnaval. Relances de traditions dans l'Europe contemporaine*, Die: Éditions À Die.

CHASTEL André: 1986, "La notion de patrimoine", in P. Nora (ed.), *Les lieux de mémoire*, volume 2, Paris: Gallimard.

DEBRAY Régis (ed.): 1999, "Le monument ou la transmission comme tragédie", in R. Debray (ed.), *L'abus monumental*, Paris: Fayard.

DESVALLÉES André: 1995, "Émergence et cheminement du mot patrimoine", *Musées et Collections Publiques de France*, n° 208.

DURAND Jean-Yves: 2005, "Haverá coisas eternas? Vila Verde, os Lenços de Namorados, a tradição e a inovação", *Boletim Cultural de Vila Verde*, n° 1.

HOBBSAWM Eric; RANGER Terence (eds.): 1983, *The invention of traditions*, Cambridge University Press.